



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Fundamentos do Serviço Social: o trabalho profissional de assistentes sociais

O aparato burocrático do Estado: limites e possibilidades do projeto ético-político

Analú dos Santos Lopes¹

Resumo: A construção deste ensaio objetiva trazer elementos para problematizar a burocracia do aparelho Estatal e os limites e possibilidades para a implementação do projeto ético-político profissional a partir de uma revisão bibliográfica. Nessa vertente, o legado marxista mostrou-se fundamental para a compreensão da burocracia enquanto instrumento de controle e opressão da classe trabalhadora. Dentro do aparato burocrático do Estado há impasses para a implementação do projeto ético-político profissional, mas os pressupostos ético-político e teórico-metodológico da profissão fornecem direções às intervenções corroborando os compromissos da profissão com a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Estado; Burocracia; Trabalho profissional; Projeto ético-político

Abstract: The construction of this essay aims to bring elements to problematize the bureaucracy of the State apparatus and the limits and possibilities for the implementation of the professional ethical-political project based on a bibliographical review. In this aspect, the Marxist legacy proved to be fundamental for understanding bureaucracy as an instrument of control and oppression of the working class. Within the State's bureaucratic apparatus there are impasses in implementing the professional ethical-political project, but the profession's ethical-political and theoretical-methodological assumptions provide directions for interventions, corroborating the profession's commitments to the working class.

Keywords: State; Bureaucracy; Professional work; Ethical-political project

INTRODUÇÃO

Na lógica da sociabilidade capitalista, a superexploração do trabalho, a fome, a violência/opressão de gênero, de etnia e geracional, fenômenos naturalizados e de responsabilidade de todos, os quais são argumentados ideologicamente por um “mantra” do capitalismo, numa clarificação contemporânea do mais fiel espírito do capital.

A crise sanitária e societária que tomou o mundo contemporâneo no ano de 2020 expõe a super exploração da classe trabalhadora no Estados de Capitalismo dependente. implementado através da racionalidade burocrática fortalece a práticas profissionais conservadoras e tecnocráticas. Na recusa do fatalismo e messianismos que pairam em condições radicalizadas da produção e reprodução social na oredem capitalista, objetiva-se, neste artigo, trazer elementos para problematizar a burocracia do aparelho Estatal e os limites e possibilidades para a implementação do projeto ético-político profissional.

Assistente social. Especialista em Residência Multiprofissional em Saúde; Mestra e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). analu.ep@gmail.com.



A burocracia tende ao tecnocratismo, com cumprimento de estatutos, protocolos e leis, o que pode ocasionar a análise da realidade como algo pronto, deslocado e fragmentado da superestrutura e da totalidade das relações sociais; além disso, exige e condiciona respostas imediatas, racionais e que buscam pela eficiência e eficácia, mas, ao mesmo tempo, deixa a capacidade de se pensar epistemologicamente imobilizada (Lefèbvre, 1991).

Para se desvencilhar das armadilhas burocráticas, requer pensar criticamente as relações sociais, principalmente o papel que o Estado cumpre dentro da sociabilidade capitalista e seus elementos fundantes. Para isso, invisível realiza-se um debate a luz do legado marxista sobre o Estado, a partir de sua particularidade o Estado na periferia do Capitalismo Dependente, cuja superexploração da classe trabalhadora é elemento base. Finaliza-se a reflexão com um diálogo articulando o debate ao campo do Serviço Social, pois só com uma base crítica se pode pensar epistemologicamente, podendo, desse modo, encontrar alguns direcionamentos para a implementação do projeto ético-político profissional, que se reafirma no compromisso com a classe trabalhadora.

LEGADO MARXISTA SOBRE O ESTADO

Segundo alguns pesquisadoras/es inexistente o debate sobre uma teoria do Estado no legado do pensamento marxista. Realmente não existe uma síntese onde o autor realiza um debate teorizando sobre o Estado, mas suas ideias sobre uma teoria do Estado podem ser encontradas ao longo de toda a sua obra. Todavia, em Marx (2011), ao analisar o regime de produção capitalista, a teoria da dominação, é possível identificar que ela está ligada diretamente ao Estado, numa relação de dominação.

Na obra denominada *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), Marx apresenta uma crítica considerando os artigos 216 e 313 contidos na obra de Hegel, dialogando e tecendo algumas críticas às teses apresentadas pelo autor, sendo uma dessas, a definição de Estado como um organismo. Segundo Marx ao analisar a obra de Hegel, vai discordar quando ele coloca que o Estado como totalidade superior é anterior à família e à sociedade civil, o que para Marx seria impossível, pois ele afirma que o Estado não é à base da sociedade civil, visto que a “família e sociedade civil são os pressupostos do Estado; elas são os elementos propriamente ativos; mas, na especulação, isso se inverte” (MARX, 2005, p.30).

Hegel inicia sua análise utilizando o método especulativo, e a sociedade para Marx só deve ser analisada a partir do seu concreto real, propondo e apontando a utilização do método materialista histórico para análise do Estado, o qual é compreendido como uma relação entre infraestrutura – conjunto das relações de produção – e superestrutura – constituída pelas instituições jurídicas e políticas e determinada por consciência social. Sendo assim, a família e a sociedade compõem a base do Estado, e esse, por sua vez, é instrumento da classe



dominante em frente à sociedade civil. O Estado, portanto, resulta do grau de desenvolvimento econômico, atravessado pela luta de classes, onde a classe que está no poder na sociabilidade capitalista não representa o bem coletivo, não supera as contradições de classe e não garante os interesses universais (MARX, 2005).

Na obra *Sobre a Questão Judaica em Marx* (1844), dando sequência à crítica ao Estado moderno, embasado pela epistemologia materialista histórica da realidade, Marx realiza um diálogo com Bruno Bauer, sendo possível identificar a radicalidade do pensamento de Marx. Contextualizando a obra, na Alemanha, no início do século XIX, haviam restrições legais que impediam que os judeus acessassem os direitos civis e, conseqüentemente, excluía-os das profissões públicas da administração. Para Bauer, essa situação estava centrada na natureza cristã do Estado, o qual fazia com que os judeus abdicassem das suas ideologias religiosas para garantir sua emancipação política, tornando-se esse um impasse. Marx, de outro modo, apresenta a crítica à obra de Bauer e afirma que a questão dos judeus não é uma questão da religião, mas sim de possui um fundo social. Ademais, Marx diz que o Estado não tem uma religião, por isso, utilizar as considerações de Bauer de renegação do judaísmo não garantiria a emancipação do judeu.

Além disso, ao tratar sobre a emancipação política dos judeus, Marx propõe a interrogar-se a respeito da natureza da emancipação, sobre a qual se almeja e afirma que a emancipação do homem não pode limitar-se apenas à emancipação política, mas precisaria atingir as relações sociais e produtivas. Para isso, Marx analisa os direitos à igualdade, à propriedade, à segurança e à propriedade, demonstrando a impossibilidade dentro da sociedade burguesa. Considerando que emancipação política é apenas uma etapa da dinâmica histórica, importante para constituição do homem cidadão que rompe com a alienação, cabe ressaltar que, por outro lado, a emancipação humana é a liberdade real e não necessita de transformações jurídicas (MARX, 2010).

Nas *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano"* (1844), Marx demonstra a ineficiência e limites do Estado em combater o pauperismo da classe trabalhadora na Europa frente ao avanço do capitalismo. O autor realiza uma crítica à política democrática burguesa, ao Estado e à sociedade civil. Nesse artigo, o autor faz um debate referente ao texto de Arnold Ruge (*O Rei da Prússia e a Reforma Social*). Marx e Ruge tinham como pano de fundo de suas análises a revolta dos tecelões na Silésia que sofreriam condições de vida pauperizadas em relação à dos banqueiros e industriais, resultando numa revolta, onde esses tecelões queimaram títulos de propriedade e quebraram máquinas; e, como consequência, o rei ordenou uma repressão extremamente violenta. Ruge, ao realizar a análise, centra a problemática na falta de intelecto político dos alemães, o que os torna incapazes de compreender a dimensão universal dos acontecimentos particulares. Marx, ao contrário de Ruge, desnuda as particularidades e localiza os problemas na política



democrático burguesa, demonstrando a insuficiência da superação das desigualdades sociais no âmbito do Estado, apontando: “[...] essa administração renunciou estancar a fonte do pauperismo através de meios positivos; ela se contenta em abrir-lhe, com ternura policial, um buraco toda vez que ele transborda para a superfície do país oficial” (MARX, 1995, p. 77). As circunstâncias objetivadas históricas que impedem que a vontade política se efetive não está no atraso político da Alemanha, mas na estrutura do Estado que impede a superação dos problemas sociais (MARX, 1995), pois seu interesse é manutenção e controle de classe.

Uma das célebres obras escrita por Marx e Engels *O manifesto do Partido Comunista* (1848) apresenta relevância teórica e atualidade revolucionária. Tendo como base o rigor epistemológico do método materialismo histórico, eles desnudam os grilhões da sociedade moderna, apresentam os mecanismo e armadilhas do modo de produção sob a égide do capitalismo. O Estado, na construção ideológica de uma classe sob a outra, impõe o domínio das relações sociais, ou nas palavras dos autores “o Estado moderno não passa de um comitê para gerir os negócios comuns da classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2008, p.14). A saída da escravidão de classe está na tomada dos meios de produção das mãos do Estado pela classe trabalhadora:

O proletariado vai usar seu predomínio político para retirar, aos poucos, todo o capital da burguesia, para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado – quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante – e para aumentar a massa das forças produtivas o mais rapidamente possível (MARX; ENGELS, 2008, p. 44).

Para Marx e Engels isso seria possível quando os proletários chegassem ao poder através da revolução. Todavia, ao alcançar o poder, seria necessário destruir toda forma de exploração do homem pelo homem, destruindo as classes sociais, para ter as bases para uma nova ordem societária do socialismo para o comunismo.

Em a *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), Marx define por Estado “[...] a totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política {o Estado}, e a qual correspondem determinadas formas da consciência social uma superestrutura” (MARX, 2008, p.47). A superestrutura jurídica resulta do modo de produção capitalista e possui a função de garantir a legitimidade ideológica da sociabilidade capitalista garantindo o domínio da classe trabalhadora.

Todas essas passagens nas obras de Marx vão caracterizando a forma que o Estado Capitalista se funda, mas é Lenin quem vai sintetizar uma teoria do Estado numa perspectiva crítica na obra *O Estado e Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução* (1917). Lenin Foi um líder revolucionário de grande atuação na Revolução Russa de 1917. Atuante no Partido Comunista, ele vivencia esse processo revolucionário, e fundamentado pelos escritos de Marx e Engels, busca esclarecer aos líderes



políticos e às massas populares acerca dos problemas do Estado capitalista e os caminhos da revolução. O contexto histórico é de um conjunto de fenômenos mundiais, como a crise geral na Europa e enfraquecimento do poder ideológico da burguesia, que acabam abrindo campo para a revolução socialista de curto prazo.

Lenin (2010) faz uma crítica aos oportunistas, reformistas e gradualistas do revisionista marxista, que, após a morte de Marx e Engels, deslocaram as teorias marxistas do lugar real da história e, por isso, objetiva em sua obra reestabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado. Florestan Fernandes ao prefaciar a obra de Lenin traduzida no Brasil esclarece que, quando Lenin reestabelecer essa doutrina, “estabelece-se o papel da ditadura do proletariado na revolução socialista. Para Lenin era preciso ir direto à consciência das massas e converter o marxismo em uma força política real, revolucionária em sua forma, em suas consequências e em sua marcha para diante” (LENIN, 2010), pois

o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (LENIN, 2010, p.27)

O Estado como detentor do monopólio da violência – das forças militares e do conjunto de instituições de forças coercitivas – garante a escravidão da classe trabalhadora, pois a “[...] libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante [...]” (LENIN, 2010, p. 28). Por meio da revolução violenta, o referido autor culmina no pensamento do definhamento do Estado, que somente ocorrerá com o comunismo, porque, segundo ele,

[...] a democracia começará a definhar – pela simples circunstância de que, desembaraçados da escravidão capitalista, dos horrores, da selvageria, da insânia, da ignomia sem nome da exploração capitalista, os indivíduos se habituarão pouco a pouco a observar as regras elementares da vida social, de todos conhecidas e repetidas, desde milênios, em todos os mandamentos, a observá-las sem violência, sem constrangimento, sem subordinação, sem esse aparelho especial de coação que se chama Estado (LENIN, 2010, p. 109).

O Estado é uma ditadura de classe, na qual, em diferentes formas de governos, a dimensão classista direciona para a reprodução das relações sociais e mantém os interesses da classe dominante, a ditadura do proletariado e a revolução violenta garantem o definhamento do Estado e sua superação, sem subordinação, sem violência ou constrangimentos.

A última autora de fundamental importância no campo do marxismo é Rosa Luxemburgo. Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma revolucionária e teórica marxista polonesa, judia. Atuou como militante do Partido Socialdemocrata da Alemanha (SPD), líder da Liga Espartaquista e fundadora do Partido Comunista da Alemanha. Tornou-se destaque como dirigente do movimento comunista internacional, viveu a ascensão do imperialismo e o começo de uma época histórica em que a revolução operária e socialista se transformou em uma realidade. A linha de pensamento dela centra-se na luta pela revolução, embora a



revolução que acredita é por meio de uma transformação lenta e, por isso, posiciona-se a favor do reformismo político como meio de ação.

No livro *Reforma ou Revolução?* (1899), Rosa Luxemburgo realiza uma crítica ao revisionismo e reformismo extremo do teórico político Eduard Bernstein. Para Bernstein, a revolução era desnecessária, pois era possível chegar ao socialismo através de reformas graduais do capitalismo, dando claros indícios da adaptação do partido a sociabilidade capitalista, mas para ela,

[...] a luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui, mesmo para a social-democracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido da sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado. Existe para a social-democracia um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, *sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim* (LUXEMBURGO, 2011, p.07, grifo nosso).

Com base em suas críticas, exige-se uma postura radical aos membros do partido, para que não se perca o fim ao qual almejavam, a revolução social. Ela reconhece a luta sindical e o movimento grevista como fundamentais na construção de consciência da classe proletária pela garantia e luta contra o revisionismo e defesa da democracia no seio da revolução (LUXEMBURGO, 2011).

Outro dado que perpassa a trajetória da intelectual, mas que de fato não foi um tema específico de seus debates, centra-se no campo do feminismo. Sua trajetória de vida, o momento histórico que viveu e todas as exclusões e opressão das mulheres foram importantes legados para debates feministas. Um ser social com uma práxis revolucionária para além de seu tempo. Foi perseguida, encarcerada por diversos momentos até ser assassinada, deixando um legado teórico de relevância na atualidade.

Nesta revisão por algumas obras de importantes intelectuais marxista, identificam “[...] o Estado tende a se apresentar de forma distorcida, invertido em relação ao que é; aparece como Estado de todos, como comunidade, como árbitro, mas não como síntese relacional do poder e da dominação de classe” (OSORIO, 2019, p.28). O poder e a dominação de classe no seio do Capitalismo Dependente são representados por um Estado forte que garante a superexploração da classe trabalhadora, com um aparato burocrático drasticamente violento e coercitivo, o qual mantém os interesses da classe dominante nacional vinculados aos interesses do capital internacional. Tais determinações implicam diretamente na implementação do projeto ético-político profissional das/os/es assistentes sociais, conforme será discutido nos próximos itens.



ESTADO DE CAPITALISMO DEPENDENTE: limites e possibilidades de implementação do projeto ético-político profissional

Localizar o Estado no Capitalismo Dependente é considerar que um “Estado forte e Estado-nação fraco são as duas caras de um Estado que necessita de um poder político férreo e soberanias restringidas na organização política da periferia” (OSORIO, 2019, p.192). Nesse sentido, Marini (2000, p. 109) caracteriza o Estado de Capitalismo Dependente como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. A dependência condiciona-se ao desenvolvimento do país central, ao qual se subordina o país de periferia ao período de expansão do imperialismo ou o desenvolvimento dos países centrais condicionaria o subdesenvolvimento dos países dependentes.

As nações que ocupam determinada posição são inertes ao desenvolvimento do capitalismo, conforme Marx (2011) já identificava quando dissertava sobre as consequências do desenvolvimento do maquinário. E nesse mesmo trabalho aponta dois paradigmas: o barateamento do produto e a revolução nos sistemas de transportes e de comunicação, sendo esses a base para expansão da economia mundial e divisão mundial do trabalho. O autor caracteriza a questão com a dissertação sobre a colonização inglesa na Índia, que foi obrigada a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc. para a Grã-Bretanha, estabelecendo sua condição perante o centro. Da mesma maneira, é nesse local que as economias periféricas aderem de forma *subserviente* ao processo produtivo capitalista mundial.

Bambirra (2013) afirma que a dependência é composta por dois momentos: um primeiro, que a reafirma como uma *situação condicionante*, na qual certo país ou região tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia; e o outro é a dependência como *elemento responsável por condicionar* certa estrutura interna em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.

Nesse sentido, Lenin (2010) assevera as artimanhas econômicas do capitalismo para deixar ver os mecanismos de exploração existentes na relação criada pelo excedente de capital:

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois isso significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas (LENIN, 2010, p. 29).

Os Estados de Capitalismo Dependente abrem suas portas para a entrada das economias centrais em busca *ideológica de desenvolvimento*. São instalados nesses países multinacionais que utilizam toda a matéria-prima e mão-de-obra barata, recursos naturais e benefícios fiscais, gerando valor que é transferido para o país central, determinando a



subordinação dos países periféricos e sua condição de dependência diante da divisão internacional do trabalho. Desse modo, Marini (2000) elenca a categoria de superexploração do trabalho como eixo estruturante da dependência, dando base para compreender o padrão de acumulação e de desenvolvimento capitalista que se consolida na periferia do sistema mundial, o qual

[...] se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real (MARINI, 2000, p. 160).

A condição de dependência leva a burguesia, dependente em detrimento da sua manutenção, utilizar a superexploração do trabalho como forma de amenizar os efeitos da transferência de valor determinado por um intercâmbio desigual para os países do centro capitalista. A divisão internacional do trabalho determina a condição que a América Latina se inseriu nesse processo, produtores de matéria-prima. Implica que os países que inserem-se como produtores de matéria-prima cedem “gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço mais baixo, em virtude de sua maior produtividade” (MARINI, 2005, p. 152). Pois, a concorrência agrava as condições nas quais ocorre o processo de distribuição de valor na esfera mundial. Esse processo é assimétrico e, nesse sentido, a dominação externa nas Américas tem origem em sua própria estruturação societária. A necessária expansão europeia, no contexto do amadurecimento do mercantilismo e da disputa pela dominação do mundo, levou à constituição de povos extraeuropeus. Implanta-se nesses países um processo acelerado de marginalização socioeconômica, transferindo para os centros metropolitanos as principais oportunidades de industrialização e os lucros operacionais proporcionados pela mecanização do sistema produtivo.

As relações escravistas e feudais, fruto das relações históricas dos países da América Latina, serviram para a acumulação capitalista em nível internacional, consolidadas pela vulnerável condição de classe do trabalhador latino-americano, o qual fortaleceu o uso de formas brutais de ampliação e extração de valor. Essa marginalização atinge camadas cada vez maiores da população, o que é inerente à condição do país dependente, que, conforme Fernandes (1986), pode ser observada pelo agravamento da questão social, visível quando da industrialização e da modernização impulsionada no Brasil pelo capitalismo competitivo. Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo acontece de forma desigual, ultraconcentradora e explosiva.

Ele rompe com o quadro das acomodações pré-capitalistas, lança no fluxo da vida social urbana massas sucessivas de famintos desenraizados e, por fim, quebra todas as acomodações que uniam tenuemente os proletários, os pequenos burgueses e os estratos mais inseguros das classes médias a uma ordem social iníqua e inviável. (FERNANDES, 1986, p. 39)



Ademais, esse processo de industrialização e modernização levou os países a constituírem dívidas com o capital estrangeiro. Essa situação, segundo Marini (2000), foi contraída inicialmente com os ingleses no Brasil colonial, principalmente através de empréstimos para sustentar a capacidade de importação. Ao aumentar as exportações e, sobretudo, a partir do momento em que o comércio exterior começa a produzir saldos positivos, o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina. Ou, conforme Fernandes (1986), a “drenagem das riquezas e da *capacidade de decisão para o exterior*”.

Outra característica do Estado de Capitalismo Dependente é a violência empregada pelo seu aparato burocrático, como pode ser identificado nas forças militares que dominam todo o território nacional, seja por terra, água e ar. Além disso, os golpes de Estado na trajetória do país sempre tiveram os militares como força motriz, que, aliados à burguesia nacional e internacional, garantem as estruturas para o imperialismo. As crises do capitalismo geram condições para o fortalecimento dos movimentos de massas e, a qualquer “ameaça anárquica ou comunista”, a força do capital requisita um Estado Forte, mais violento para controle da massa de trabalhadores, e sob a direção da burguesia, aumenta-se a decisão contrarrevolucionária, radicalizando suas concepções políticas e estratégicas antioperárias (SANTOS, 2018).

Os golpes de Estado no Brasil levaram a um Estado de Exceção de 21 anos. Mais recente, mas com características um pouco diferentes do que ocorrera em 1964, o ano de 2016 foi marcado por outro Golpe do Estado, desencadeando diversos fenômenos. Primeiro com o governo provisório do liberal Michel Temer com iniciou a implementação de um pacote de contrarreformas contra a classe trabalhadora, tanto no âmbito do trabalho quanto na prestação de serviços pelo Estado. Na sequência o país vivenciou o processo eleitoral centrado em *fake news*, de poder ideológico altíssimo, levou os trabalhadores a optarem por um projeto de sociedade ultraconservador que garantem os interesses do grande capital internacional. Com apoio da mídia e instituições judiciais, é eleito um ex-militar de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro. Segundo Fontes (2020, p.02), o

[...] atual governo é bifronte e amparado por duas patas destinadas ao emprego da violência (repressão e comunicação). A cabeça bifronte é radicalmente doutrinária e sectária, tanto na concepção de mundo quanto na economia. Para sustentar tal cabeça, estabeleceu uma retaguarda brutal e estreitamente alinhada.

Essa retaguarda, além dos diversos militares nomeados como burocratas de alto escalão, contou com o economista Paulo Guedes, Ministro da Economia, caracterizado por seu radicalismo econômico ultraliberal, que se direciona pelos interesses do grande capital internacional. Outra peça chave do governo é a ministra da pasta Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, que, ideologicamente, implementa os interesses conservadores necessários para valer o capital por seu espírito, controlando e doutrinando a



classe trabalhadora. Teve ainda o envolvimento de Abraham Weintraub como ministro da Educação, que, por pressão social, acabou sendo substituído, mas que soube empregar a violência através da repressão e comunicação, estabelecendo as bases para o aprofundamento da mercantilização da educação, bem como o aperfeiçoamento ideológico à não-ciência. Em todas as pastas observam-se e são denunciados os retrocessos e o direcionamento ultraconservador do governo. Quanto maior a necessidade de controle do capital na extração de valor, aumenta a superexploração da classe trabalhadora e a necessidade de um Estado com um aparato burocrático mais violento.

Trabalho profissional no âmbito do Estado

Como elemento essencial para (re)produção da lógica do capital, situa-se o debate na especificidade de trabalhador assalariado do assistente social, profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, especialidade do trabalhador coletivo, que tem, ao implementar políticas sociais, uma relativa autonomia profissional, que tanto pode reforçar interesses do poder hegemônico (capitalismo) como, de outro modo, fortalecer o compromisso da categoria com a classe trabalhadora. O trabalho é compreendido como categoria apropriada pela determinabilidade das relações sociais de produção tipicamente burguesas de um capitalismo que tudo domina (IAMAMOTO, 2004; MARX, 2011).

O trabalho se configura atividade vital exclusivamente humana, pois o homem é um ser capaz de pré-idealizar e de projetar os produtos dos quais precisa, pois os antecipa ao erguê-los na mente, antes mesmo de concretizá-los. Além disso, a dimensão livre, conscientemente e predominantemente social, impressa no trabalho humano, distingue o homem das atividades desempenhadas por outros animais, lançando-o para além da esfera biológica. No entanto, há que se qualificar o trabalho a partir da sua inserção na sociedade capitalista, ou seja, a partir da lógica mercantil em que o trabalho é trocado tal qual outra mercadoria, sob a regulação e distribuição do mercado. Assim, o valor mercantil não caracteriza coisas, mas um tipo de relações humanas sob as quais as coisas são produzidas pela lógica do fetichismo da mercadoria (IAMAMOTO, 2004).

Uma das características determinantes do trabalho no modo de produção capitalista é alienação. O processo de alienação do trabalho não se concretiza apenas na perda do objeto, no produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, que é consequência da atividade já alienada. Alienada frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho para ele mesmo, ou seja, o homem se estranha em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano. Para acumulação do capital, ele se sustenta na apropriação da mais-valia gerada através do trabalho excedente (sobretalho). O capitalista paga ao trabalhador o



equivalente ao valor da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização, sendo esse último maior que o primeiro. Desse modo, uma parte equivale ao valor da própria força de trabalho pago (salário pago), e a outra parte compõe o valor excedente ou mais-valia, que será apropriado sobre a forma de lucro (MARX, 2011).

Com a crise estrutural do capital na década XX ocorre a reestruturação produtiva, deflagrada e implementada nas décadas de 1970 e 1980 com a adoção de políticas no campo pragmático neoliberal – como expressão política do processo de mudança na base produtiva -, o que revelou intensas transformações no âmbito social e organizativo.

Nesse contexto, o mundo do trabalho enquanto condições objetivas de subsistência da classe trabalhadora é assolado pela precarização e pela intensificação da exploração. Com o inerente tecnológico são expulsos contingentes de trabalhadores, ao mesmo tempo em que se aumenta a concentração da riqueza socialmente produzida, expressão da lei geral de acumulação capitalista. Para esse resultado são incrementadas formas de subcontratação e terceirização de força de trabalho, níveis mais rebaixados de força de trabalho, combinados com uma força de trabalho sobrando, sem experiência sindical e política, pouco ou nada taylorizada ou fordizada, sem trabalho e condições de subsistência humana (ANTUNES, 1999).

No plano social e organizativo, a implementação de módulos flexíveis combinados com o fordismo-taylorismo impactou em uma maior diversificação e heterogeneidade das condições dos trabalhadores, convulsionando as formas de organização e, inclusive, mascarando o pertencimento de classe no plano ideológico, o que resulta em uma classe trabalhadora mais heterogênea, fragmentada e mais complexificada e desqualificada (ANTUNES, 1999).

A participação do assistente social no processo de geração de riqueza se dá enquanto trabalhador coletivo. Importa pouco se um trabalho foi realizado próximo ou distante da matéria de trabalho, ou se realizado no mesmo espaço físico ou em diferentes lugares, pois todos eles contribuíram no processo de produzir o produto e de construir a riqueza capitalista. Esses elementos caracterizam o trabalho coletivo, social, combinado, o qual concentra uma gama de profissões (especializações) que contribuem para o processo de produção e reprodução social.

Dessa forma, o serviço social não está alheio a todas as transformações do mundo de trabalho, sendo a profissão permeada pela polivalência (desespecialização), terceirização, subcontratação, queda do padrão salarial, ampliação de contrato de trabalhos temporários e pelo desemprego, elementos constitutivos da própria feição atual do serviço social (IAMAMOTO, 2004).

Como trabalhador assalariado, o exercício profissional perpassa por tensas relações entre projeto ético-político profissional e estatuto assalariado. Essa tensão decorre da



dimensão de trabalho útil e, ao mesmo tempo, abstrato, o que marca essa atividade. Tal dilema, segundo lamamoto (2004), de um lado ratifica a relativa autonomia desse profissional na condução de suas ações, legitimada pela formação acadêmica e pelo aparato legal e organizativo que regulam o seu exercício profissional (Conselhos Profissionais); por outro lado, por esse exercício ser realizado aos ditames do trabalho abstrato, são impostos condicionantes socialmente objetivos à sua autonomia profissional e à integral implementação do projeto ético-político profissional.

lamamoto (2004) acrescenta que o serviço social tem papel essencial no processo de reprodução material e social da força de trabalho. Por meio da oferta dos serviços sociais previstos em programas desenvolvidos em diversas políticas sociais, tendo como principal empregador o Estado. Sendo, portanto, socialmente necessário, pois atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora.

Ademais, num contexto de superexploração da classe trabalhadora, lamamoto (2008) sinaliza para o papel do Estado no atendimento à questão social, onde ocorre a transferência de iniciativas para o atendimento das sequelas da questão social para a sociedade civil, comprometendo, dessa forma, o mercado profissional e também o acesso restrito aos serviços sociais. A autora ainda ressalta a “filantropia do grande capital” (solidariedade civil), resultado de um processo de privatizações dos serviços públicos, que destrói a garantia da universalidade do acesso às políticas sociais de qualidade previstas na Constituição Federal de 1988. O que se percebe é a subordinação do atendimento das necessidades à lógica do mercado (lamamoto, 2004).

O Serviço Social tendo no Estado seu maior empregador, todas as transformações no mundo de trabalho e a destruição da esfera pública afetam objetivamente as condições de trabalho profissional, impactando diretamente seu cotidiano de trabalho. Ademais, a burocracia instituída no espaço ocupacional pode “representar uma invasão de privacidade através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa)”. (IAMAMOTO, 2014, p.428). Pois, a burocracia vai se remodelando conforme os interesses de controle da classe trabalhadora por parte do Estado. A “‘burocracia’ é o ‘formalismo de Estado’ da sociedade civil. Ela é a ‘consciência do Estado’, a ‘vontade do Estado’, a ‘potência do Estado’ como uma corporação” (MARX, 2005, p. 65). Dentro dessa corporação não há o interesse universal, somente particular, por isso, as instituições são organizadas de forma hierarquizadas, fragmentas, de caráter impessoal, acrílicas e com uma busca imediata por eficiência e eficácia.

Contudo, compreender a burocracia e agir epistemologicamente requer uma base teórica crítica que possibilite identificar as raízes do Estado, sua face oculta, para que assim possa direcionar intervenções propositivas e criativas, compreendendo a realidade que está



posta (IAMAMOTO, 2004). Ou seja, é preciso “[...] um profissional que possa responder com ações qualificadas que detectem tendências e possibilidades impulsionadoras de novas ações, projetos e funções, rompendo com atividades rotineiras e burocráticas” (SARMENTO, 1999, p. 100), consolidando valores e princípios contidos no projeto ético-político profissional, pois

[...] a burocracia se torna formalismo e, como tal, se pretende “consciência superior” e “vontade” do Estado, isto é, poder do Estado. No tratamento burocrático dos homens e das coisas, que envolve atos, poderes e vontades, os seres reais são tratados de modo invertido, ou seja, não como são na realidade, mas de acordo com sua imagem no mundo da burocracia. Assim, a racionalidade burocrática adquire uma significação contrária à que se autoproclama -, portadora do interesse geral, de toda a sociedade -, e se revela como irrealidade de um mundo invertido. (BARROCO; TERRA, 2012, p.73).

As contradições do capital e do trabalho se dão no âmbito da superestrutura e se reproduzem na vida do trabalhador. Sabe-se que a profissão de serviço social não tem possibilidade de realizar transformações societárias, pois isso corresponde ao conjunto de trabalhadores no qual o assistente social faz parte, mas, no cotidiano profissional, existe a possibilidade desse profissional reafirmar os compromissos da profissão com a classe trabalhadora, denunciando espaços sócio-ocupacionais submersos de violência institucional, comprometendo-se com a investigação e expondo todas as formas de violência e opressão vivenciada pela classe trabalhadora.

Por fim, é necessário problematizar a superestrutura e a dominação patricial-oligárquica que, historicamente, se estabeleceu nas instituições democráticas no Brasil. O poder político monopolizado por uma classe parasitária, determinado pelo centro, é fator fundamental da resignação e renúncia na ação política governamental. A luta pelo desenvolvimento dos países da América Latina não constitui apenas um processo político interno, mas um esforço de reordenação de suas relações com o mundo (PAIVA; OURIQUES, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A burocracia é o formalismo do Estado, como já apontara Marx, sendo assim, é a expressão do desenvolvimento do capitalismo, e, como relação social, atravessa a vida cotidiana. A burocracia ocasiona a fragmentação do trabalho, que se legitima na racionalidade de leis, estatutos e hierarquias, garantindo a particularidade de fenômenos contrários à universalidade, numa perspectiva de totalidade. A ilusória imagem do Estado como ente mediador, responsável pelo bem coletivo, ocultando sua face de classe, serve como discurso ideológico de domínio e poder diariamente reafirmado nos serviços e instituições públicas e privadas.

A burocracia, como parte do cotidiano do exercício profissional, busca a eficiência e a eficácia de resultados, operacionalizadas pelo imediatismo e repetição de funções, as quais



tomam o fenômeno na sua aparência, garantindo assim os interesses do Estado de classe. Associa-se à burocracia o conservadorismo que atravessa a sociedade penetra da profissão, configurando a ideologia de dominação burguesa. E, segundo Iamamoto (2014), as possibilidades das/os/es assistentes sociais no enfrentamento ao conservadorismo e a burocracia encontram nas bases teórico-metodológicas e ético-política as “[...] possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da questão social pela via do estudo social” (IAMAMOTO, 2014, p.428), ou seja, é preciso desnudar o Estado e a burocracia instituída que representam os interesses da classe dominante.

Diante disso, o legado marxista sobre o Estado permitem a identificação tanto do Estado visível, seu aparato burocrático, quanto sua face oculta, o Estado invisível Capitalista, que, enquanto relação social, fundamenta-se no domínio de uma classe sobre a outra, através do monopólio legítimo da violência. Os pensadores marxistas desconstruem a imagem ilusória do Estado e indicam a necessidade de definhamento do Estado Capitalista, sendo a revolução a alternativa à nova ordem societária. E para América Latina, a trajetória até esse fim se concentra na luta de classe anti-imperialistas e antilatifundiárias, enfrentando a formação econômica e social que tem sua raiz estrutural colonial fundamentada na força de trabalho escravizada indígena e negra. Para isso, a luta de classe deve ser direcionada pela emancipação política, mas sem perder o fim que se almeja, a emancipação humana, que só será possível em uma nova ordem societária, sem o domínio do Estado de classe e da burocratização da vida.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BARROCO, M. L. S.; TERRA. Código de ética do/a assistente social comentado. In: **CONSELHO Federal de Serviço Social (Org.)**. São Paulo: Cortez, 2012.

FERNANDES, F. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FONTES, V. **O profascismo – arranjo institucional e policialização da existência**. s/p. 2020. Disponível em:
<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-profascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7ao-da-existencia-2.pdf>

IAMAMOTO, M. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 7 ed. 2004.



IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEFÈBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENIN, V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>. Acesso em: 25. jan. 2021.

LUXEMBURGO, R. Reforma social ou revolução? In: **LUXEMBURGO, R. REFORMA, REVISIONISMO E OPORTUNISMO**. Textos escolhidos. São Paulo: Unesp, 2011.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes: 2000.

MARINI, R. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”**. Belo Horizonte: Revista Práxis, n. 05, 1995.

MARX, K. **Contribuições à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

OSÓRIO, J. Estado e democracia na mundialização. In: OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAIVA, B.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? Florianópolis: **Katálysis**, vol. 9, n. 2, jul./dez. 2006, p. 166-175. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802006000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso 20 de jan. de 2020.

SANTOS, T. Socialismo e Fascismo na América Latina hoje. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 39, 1977, p. 173-190. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15977>. Acesso 12 de dez. de 2020.

SARMENTO, H. B. de M. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. Florianópolis: **Katálysis**, v.5, n.2, 2002. p. 115-124. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6034/5603>. Acesso em 18 de jan. de 2020.